

Parceria para o Governo Aberto (OGP)
Ata da reunião de nível ministerial do Comitê Diretor
Londres, Inglaterra
4 de dezembro de 2012

Participantes

Brasil

Roberta Solis Ribeiro Controladoria-Geral da União, Governo do Brasil

Indonésia

Tara Hidayat Vice-Ministra para Iniciativas Estratégicas,
Presidência, Governo da Indonésia
Prayoga Wiradisuria Governo da Indonésia

México

Alfonso Onate Agência Federal de Acesso à Informação, México

Noruega

Terje Dyrstad Ministério de Administração Pública, Reforma e
Assuntos Eclesiásticos, Noruega

Filipinas

Florencio Abad Secretário de Departamento de Orçamento e
Gestão, Filipinas
Emmanuel Guzman Embaixada das Filipinas

África do Sul

Ayanda Dlodlo Vice-Ministra de Administração e Serviços
Públicos, África do Sul
Ismail Davids Governo da África do Sul

Tanzânia

Susan Mlawi Governo da Tanzânia

Reino Unido

Francis Maude Ministro do Gabinete do Governo, Reino Unido
Nick Hurd Ministro para Sociedade Civil, Gabinete do
Governo

Estados Unidos

Maria Otero Subsecretária de Estado para Democracia,
Governo dos Estados Unidos
Heather Flynn Governo dos Estados Unidos

Tom Blanton	National Security Archive
Alexandre Ciconello	INESC
Suneeta Kaimal	Revenue Watch Institute
Juan E. Pardinás	IMCO
Rakesh Rajani	Twaweza
Martin Tisne	Omydyar Network, representando a Transparency and Accountability Initiative
Anthony Richter	Fundação Open Society, representando a Transparency and Accountability Initiative

Ausências

Ministro Jorge Hage	Controladoria-Geral da União, Governo do Brasil
Ministro Kuntoro Mangkusubroto	Governo da Indonésia
Ministro Mathias Chikawe	Governo da Tanzânia
Warren Krafchik	International Budget Partnership – <i>chair</i> da Sociedade Civil
Gladwell Otieno	AFIEGO
Nikhil Dey	MKSS
Iara Pietricovsky	INESC

Também Presentes*Indonésia*

Teuku Zulkaryadi	Ministério das Relações Exteriores, Governo da Indonésia
Veronika Vonny	Embaixada da Indonésia
Jourdan Hussein	Presidência, Governo da Indonésia
Odo Manuhutu	Ministério das Relações Exteriores, Governo da Indonésia
Bramono Satryo	Ministério das Relações Exteriores, Governo da Indonésia

África do Sul

Mataywa Busieka	Governo da África do Sul
Fungi Rakoena-Tshabalala	Governo da África do Sul
<i>Reino Unido</i>	
Richard Heaton	Secretário Permanente do Gabinete do Governo, Reino Unido
Michael Anderson	Diretor Geral de Políticas e Assuntos Globais, Departamento de Desenvolvimento Internacional, Reino Unido
Laura Blizzard	Ministério de Relações Exteriores, Reino Unido
	Ollie Buckley Gabinete do Governo, Reino Unido
	Laura Clarke Gabinete do Governo, Reino Unido
Lu Ecclestone	Departamento de Desenvolvimento Internacional, Reino Unido
Annabel Gerry	Departamento de Desenvolvimento Internacional, Reino Unido
Ilaria Miller	Gabinete do Governo, Reino Unido
Sophia Oliver	Gabinete do Governo, Reino Unido
<i>Estados Unidos</i>	
Lisa Ellman	Governo dos Estados Unidos
Steven Goldrup	Governo dos Estados Unidos
Andrew Stevenson	Governo dos Estados Unidos
Paul Maassen	Coordenador Independente da Sociedade Civil para a OGP, apoio ao <i>chair</i> da Sociedade Civil
<i>Parceria para o Governo Aberto (OGP)</i>	
Abhinav Bahl	Mecanismo de Assistência Técnica da OGP
Joseph Foti	Gestor de Programa do Mecanismo de Avaliação Independente
Linda Frey	Unidade de Apoio da OGP
Julie McCarthy	Diretora da Parceria para o Governo Aberto

I. Boas vindas e aprovação da ata

A reunião teve início com uma saudação de boas vindas pelos *co-chairs*, Ministro Francis Maude e Tara Hidaya – em nome dos Governos da Inglaterra e da Indonésia, respectivamente – e Rakesh Rajani da Twaweza – que substituiu o *chair* da Sociedade Civil, Warren Krafchik da IBP, o qual não pode estar presente.

Como o primeiro ponto de ordem, o Comitê Diretor (SC) aprovou a ata da reunião de setembro de 2012.

II. Discussão de Aprendizagem e Apoio dos Pares

Atualização e Discussão do Mecanismo de Assistência Técnica

Abhinav Bahl do Mecanismo de Assistência Técnica da OGP (NM) atualizou os participantes sobre os trabalhos realizados até o momento, bem como lições aprendidas, e deu sugestões para fortalecer ainda mais as iniciativas desenvolvidas com os países participantes da OGP este ano. Ele assinalou que, apesar de a demanda inicial por assistência técnica ter sido pequena, com apenas 8 ou 9 requisições de governos, o NM passou a ter um papel mais proativo em 2012, especificamente por meio da revisão de planos de ação e do direcionamento mais direto de seus serviços aos governos.

O NM apoia o engajamento regional por meio da realização de reuniões presenciais, como as que ocorrerão em 2013 no Chile em janeiro e na África em março, em uma tentativa de garantir forte participação das organizações da sociedade civil e uma agenda que facilite a implantação do plano de ação para cada região. As lições aprendidas até o momento incluem o grande anseio da sociedade civil pela implantação de compromissos, o desejo intenso entre os governos de se conhecerem pessoalmente e demandarem aos peritos que facilitem uma troca de conhecimentos efetiva, e a grande necessidade de maior coordenação entre a OGP e os diversos organismos multilaterais ansiosos para apoiar a divulgação e implementação da iniciativa, os quais já vêm fazendo muito no nível dos respectivos países.

O NM apontou que seria de grande valia se os membros do Subcomitê de Aprendizagem e Apoio aos Pares (PLS) pudessem trabalhar mais próximos ao mecanismo, a fim de apoiar o intercâmbio entre governos, dado o poder de convocação de que dispõem, e de colocar o Mecanismo de Avaliação Independente (IRM) na agenda em reuniões regionais para esclarecer expectativas quanto aos processos de avaliação e monitoramento.

Os membros do SC indagaram se o NM já consegue demonstrar o estímulo ao intercâmbio de ideias e conhecimentos e à inovação entre os países. O NM alegou que nesse estágio da OGP a preocupação é com a institucionalização do conhecimento, seja por meio de intercâmbios presenciais, de videoconferências/*webinars*, ou de documentação de estudos de casos pelos países para destacar inovações como “cheque minha escola”¹, programa que surgiu nas Filipinas e foi então replicado na Indonésia. O verdadeiro teste para o NM será facilitar efetivamente um intercâmbio mais intenso de estudos de caso com foco em

¹ *Check my school*, no original.

inovação. O NM também apresentou aos membros do SC a nota informativa que preparou, a qual resume o engajamento e o progresso dos países participantes da OGP até o momento.

Os membros do SC também solicitaram ao NM que fornecesse informações sobre os resultados da assistência fornecida aos 8-9 governos que a requereram. Alegou-se que essa informação poderia estimular o interesse de outros países participantes da OGP.

Decisão: De maneira geral, todas as partes concordaram que o NM não atingiu resultados suficientes, e que os arranjos de trabalho deverão ser revistos para contornar esse desafio, o que incluirá abordar a estrutura de monitoramento do NM dentro do Comitê Diretor e analisar como o subcomitê de Aprendizagem e Apoio dos Pares e a Unidade de Apoio estão engajando e supervisionando o mecanismo.

Discussão de Engajamento Regional da África e Ásia

A África do Sul apresentou um relatório de uma reunião regional de divulgação do planejamento da África, a qual ocorreu na África do Sul no dia 30 de novembro, e na qual compareceram os anfitriões Tanzânia e Quênia, mas estiveram ausentes a Libéria e a Gana, do lado do governo, e a Gana, a África do Sul, a Tanzânia e o Quênia, do lado da sociedade civil. Na reunião, foram compartilhadas informações sobre o desenvolvimento dos países, e o grupo também definiu uma data provável para uma discussão sobre acordos institucionais e responsabilidades. O Quênia se ofereceu para sediar uma reunião em maio de 2013, e o governo da África do Sul irá confirmar esse compromisso com o governo do Quênia nas próximas semanas. A reunião no Quênia terá como foco temas e resultados relacionados com planos de ação, e em particular os quatro critérios de elegibilidade da OGP, para que os países da África que já não sejam participantes da parceria possam discutir progressos e planos nessas áreas. Um comitê de planejamento composto pelos governos regionais e pela sociedade civil tentará finalizar uma agenda básica até o final do ano.

O governo da Indonésia atualizou os presentes sobre a sessão de abertura regional do Fórum Democrático de Bali², em que a OGP foi apresentada aos participantes da alta cúpula em novembro. Palestina, Nigéria e Mianmar expressaram grande interesse em aderir à parceria, e Mianmar anunciou na sequência sua intenção de se tornar elegível à OGP até 2016. A Mongólia expressou preocupação com o *status* de seu plano de ação, apontando que o processo doméstico da OGP não estava caminhando tão rápido quanto gostaria, devido a mudanças políticas internas. Será realizada uma reunião ministerial da Comunidade de Democracias³ em 29 de abril de 2013 na Mongólia, o que será uma oportunidade tanto para o engajamento

² *Bali Democracy Forum*, no original.

³ *Community of Democracies*, no original.

regional quanto para que os membros do SC tenham discussões mais enfáticas com o governo da Mongólia sobre como progredir em seu plano de ação. Atualmente, a Mongólia ocupa a presidência da Comunidade de Democracias.

Discussão das Diretrizes para Reuniões de Engajamento Regional

A Unidade de Apoio apresentou para discussão o esboço das Diretrizes para Reuniões de Engajamento Regional e apontou a necessidade de que a OGP tenha padrões de controle de qualidade para as reuniões às quais vincule seu nome e/ou ofereça forte apoio para implantação. Os membros do SC ficaram satisfeitos com a versão inicial das diretrizes e pediram que o documento fosse alterado para solicitar que os organizadores de eventos regionais consolidem as lições aprendidas após as reuniões; e que fosse renomeado de diretrizes para princípios. Outras alterações com as quais concordaram, já que o Coordenador Independente da Sociedade Civil não é uma referência formal da OGP para substituir o posto ocupado pelo *chair* da sociedade civil, incluem mencionar alternativas economicamente viáveis para grandes reuniões presenciais e avaliar questões financeiras quanto à organização dessas. Também se esclareceu que essas diretrizes só se aplicam a eventos oficiais da OGP ou eventos realizados em nome da OGP. Governos e sociedade civil podem organizar outras reuniões, em que a OGP entre na agenda de forma secundária e nas quais a observância desses princípios será encorajada, mas eles não serão obrigatórios.

Decisão: o documento de diretrizes/princípios para reuniões da OGP foi aprovado com as modificações e os esclarecimentos acima referidos.

III. Discussão da Parceria Multilateral

O Governo dos Estados Unidos apresentou a minuta da Estrutura para Cooperação Multilateral⁴ da OGP e assinalou a importância de identificar meios de estimular a cooperação e coordenação estratégica com organizações multilaterais que já trabalhem para apoiar a OGP no nível nacional. Esse estímulo para a cooperação também implica em maior coordenação institucional e maior eficiência, o que pode ser atingido, por exemplo, com a definição de apenas um ponto de contato em cada organização. Os membros do SC fizeram a importante distinção de que essa Estrutura trata da associação com multilaterais para aumentar a capacidade dessas em dar suporte à implantação de planos de ações e critérios de elegibilidade, e não da participação na OGP, o que exigiria uma série de etapas diferentes sobre práticas internas relacionadas com governo aberto.

Todos alegaram que a Estrutura deve facilitar a cooperação, ao invés de criar obstáculos. Os membros do SC também defenderam a importância de se buscar um conjunto equilibrado de parceiros multilaterais no nível regional para garantir parcerias fortes em todas as áreas de atividade. Ademais, concordaram que

⁴ *Framework for multilateral cooperation*, no original.

qualquer assistência de organizações multilaterais que envolva avaliações ou relatórios técnicos sobre os progressos de países da OGP deve evitar quaisquer *rankings* de países.

Os membros do SC receberam a Estrutura e sugeriram diversas alterações. Essas incluem eliminar o prazo para consideração das cartas de intenção, de forma a não criar expectativas de resposta dentro de um determinado período; exigir que as cartas de intenção expressem apoio aos princípios listados na Declaração de Princípios da parceria, além do apoio à missão da OGP; assegurar que financiamentos sejam captados como parte da assistência que as multilaterais podem oferecer; tornar mais explícita a opção por planos de trabalho mais intensos com a OGP; retirar menções a iniciativas internacionais, as quais serão tratadas em um documento de políticas específico; incluir uma carta formal de resposta dos *co-chairs*; esclarecer que o apoio é oferecido a todos os *stakeholders*, não apenas a governos; e detalhar a seção “após cartas de intenção” para discutir como as multilaterais, a OGP e outros *stakeholders* irão trabalhar para criar planos de trabalho e atividades conjuntamente.

Decisão: a Estrutura de Parceria Multilateral foi aprovada, sujeita às alterações mencionadas acima. A versão final deve circular entre os membros do SC uma última vez antes da aprovação definitiva.

III. Discussão sobre elegibilidade

O Subcomitê de Critérios e Padrões (CS) apresentou uma nota conceitual sobre elegibilidade para apreciação do SC. A finalidade desse documento é esclarecer a lógica dos critérios, bem como os processos para atualizar e revelar informações relacionadas com a elegibilidade. A discussão se focou especificamente na delicada questão de publicação proativa no sítio eletrônico da OGP de informações sobre países inelegíveis. Todos os membros do SC concordaram que informações sobre países inelegíveis devem ser reveladas a terceiros em resposta a requerimentos. Alguns membros do SC – tanto da sociedade civil quanto do governo – defenderam fortemente que, devido aos valores e à missão da OGP, sua postura padrão deveria ser a divulgação proativa, uma vez que informações sobre os países inelegíveis são de domínio público, além de serem valiosas para que os países que desejam se tornar membros da OGP saibam onde se encontram com relação aos critérios de elegibilidade e possam adotar medidas para melhorar. Ademais, seria melhor para a OGP que ela mesma liberasse as informações e proporcionasse o contexto adequado, visto que não agir dessa forma pode implicar na liberação das informações por terceiros sem o benefício do contexto. Esses membros expressaram preocupação com o risco de prejudicar a reputação da OGP caso ela não divulgue essas informações de forma proativa. Outros membros do SC, um deles o Brasil⁵, alegaram que a divulgação proativa dessas informações pode ter o efeito negativo de

⁵ Solicitada e autorizada pelo país a exceção à regra Chatham-House adotada pelo SC em suas discussões.

aparentar ser uma classificação (*ranking*) ou julgamento dos países, o que vai de encontro às políticas externas de governos da parceira e à Declaração de Princípios da OGP. Da mesma maneira, esses membros sentem que, devido ao fato de a OGP ser uma iniciativa voluntária, e de os países inelegíveis não terem solicitado a avaliação da OGP, a divulgação proativa de informações que possam ser vistas de forma negativa e talvez desencorajem esses países a participar da OGP não é obrigatória.

Decisão: O SC decidiu que a melhor maneira de alcançar o seu compromisso com a transparência, sem prejudicar a iniciativa ou seus membros, seria tornar as informações sobre ilegitimidade disponíveis a terceiros mediante requerimento e acompanhar a disponibilização dessas informações mediante declaração clara/enquadramento construtivo sobre como a OGP encoraja todos os países a promoverem melhorias e a “alcançarem o topo”, ao invés de ranquear, classificar e envergonhar. O SC resolveu retirar da versão atual da nota sobre elegibilidade a declaração que estabelece que a OGP não irá disponibilizar de maneira proativa informações sobre países inelegíveis. O SC também concordou em esclarecer que o desempenho para a elegibilidade será discutido especificamente pelo Mecanismo de Avaliação Independente (IRM), apenas quando se referir a compromissos adotados nos planos de ação nacionais, e que os relatórios do IRM também fornecerão contexto aprofundado dos desempenhos para a elegibilidade, sem formular quaisquer julgamentos.

V. Atualização do IRM e Diretrizes do IEP

O Gestor de Programa (GM) do IRM informou que o Painel Internacional de Especialistas está completo, com a confirmação de todos os 8 membros convidados (3 conselheiros sêniores e 5 especialistas técnicos). Ele apontou que o Subcomitê de Critérios e Padrões tem trabalhado para desenvolver um documento de orientação geral para reger o trabalho do IEP, o qual foi apresentado ao SC para avaliação. Comentários públicos à nota conceitual do IRM, quando relevantes, foram incorporados ao documento, o qual foi alterado para refletir os princípios orientadores da atividade do IEP. O Gestor de Programa está desenvolvendo uma nota metodológica, termos de referência (TORs) para pesquisadores locais e outros materiais relevantes para que o IEP possa discutir nas próximas semanas.

O SC discutiu, na sequência, várias decisões relacionadas com o IRM.

Em primeiro lugar, o Gerente de Programa relatou que o SC recebeu cartas de Mary Robison e Mo Ibrahim (recém-nomeados conselheiros sêniores) em que aconselhavam a expansão do IEP com dois ou mais conselheiros sêniores para garantir um maior equilíbrio regional – por exemplo, ao incluir conselheiros sêniores da Ásia e da América Latina. O SC aceitou essa proposta, pendente de acompanhamento com Graça Machel, e resolveu seguir uma versão ligeiramente modificada do último processo de nomeações para identificar os dois novos conselheiros de acordo com critérios de transparência e com as regras de conflitos de interesses criadas pelo Subcomitê de Critérios e Padrões e endossadas pelo

Comitê Diretor. O Subcomitê de Critérios e Padrões irá emitir um convite aberto para candidaturas específicas aos postos de conselheiros sêniores da Ásia e da América Latina, e também irá solicitar recomendações dos atuais membros do IEP, bem como recorrer a quaisquer candidatos relevantes da última rodada de eleições. O Subcomitê de Critérios e Padrões irá, então, avaliar todo o conjunto de candidatos de acordo com critérios transparentes e apresentar uma lista de finalistas ao SC para consideração e aprovação final. O Subcomitê irá assegurar que existam várias opções para cada um dos dois novos cargos de conselheiro e que seja fornecido um relato completo do processo pelo qual eles foram selecionados para a lista de finalistas. O SC alegou, no entanto, que o IRM deve prosseguir com os trabalhos, e não esperar até que os dois novos conselheiros sejam nomeados, dado que os especialistas técnicos estão disponíveis e compõem o grupo principal encarregado de elaborar as metodologias do IRM e supervisionar pesquisas.

Decisão: O SC aprovou a criação de dois novos cargos de conselheiros sêniores, pendente de acompanhamento com Graça Machel, e recomendou que os trabalhos do IRM comecem de agora em diante com 3 conselheiros sêniores, 5 peritos e o Gestor de Programa já contratado.

Na sequência, o SC discutiu o documento de Diretrizes do IEP. O GP do IRM lembrou que, uma vez que esse documento esteja aprovado, o SC irá delegar a gestão do IRM ao IEP para que este prossiga com autonomia. Os membros assinalaram a necessidade por uma linguagem mais específica sobre o papel do IRM no fornecimento de contexto a progressos relacionados com elegibilidade, para assegurar que o IRM não se desvie para a avaliação dos critérios de elegibilidade para adesão à OGP (o que é supervisionado atualmente pela Unidade de Apoio da OGP) e foque-se no desenvolvimento e implantação de planos de ação. Os membros também relembrou a importância de não microgerenciar a atividade do IEP e de respeitar o conhecimento dos conselheiros e especialistas que foram escolhidos, ao mesmo tempo em que se forneçam diretrizes claras para o escopo geral do trabalho.

Decisão: O SC aprovou o documento de Diretrizes do IEP com as ênfases e alterações mencionadas acima.

Por fim, o SC apontou a importância de se estabelecer um calendário anual da OGP bem definido com prazos delimitados para o desenvolvimento de relatórios e planos (autoavaliações dos Governos e relatórios do IRM e, desenvolvimento e lançamento de planos de ação etc.). O SC discutiu os prazos propostos para os relatórios do IRM e aprovou a publicação da primeira rodada de relatórios do mecanismo para os países fundadores da OGP em setembro de 2013. Essa data foi fixada, no entanto, apenas para o primeiro ano de trabalho do IRM, devido aos atrasos ocorridos até o momento para o seu estabelecimento integral e início das operações. O SC irá definir um calendário para os próximos anos logo no início de 2013, após discussões do Subcomitê de Critérios e Padrões e elaboração de uma proposta por esse.

Decisão: Conforme parágrafo anterior.

IV. Relatórios de Autoavaliações dos Governos

O SC analisou e aprovou orientações para os relatórios de autoavaliações dos governos, bem como prazos para suas publicações para o próximo ano. Os membros concordaram que, para os oito países fundadores, o prazo limite será 31 de março de 2013. Para os países que lançaram seus planos no Brasil em abril passado, os relatórios devem estar prontos até 30 de setembro de 2013. Daqui para frente, prazos claros para todos os países serão definidos e incluídos no calendário geral anual da OGP, a fim de aumentar a previsibilidade para todos os *stakeholders*.

Decisão: Conforme parágrafo anterior.

VII. Energia e Engajamento

O governo da Indonésia apresentou ideias para os próximos passos após a primeira rodada de planos nacionais de ação, as quais foram acolhidas pelo SC como meio de tornar explícita a expectativa de que a OGP é um esforço contínuo, não um compromisso assumido em um único momento pelos países participantes. Os membros apreciaram particularmente as ideias de solicitar aos países que mantenham (ou elevem) seu nível atual de ambição para encorajar o progresso contínuo; de fornecer aos países um período de carência para atualizar/criar novos planos de ação; e de manter o ímpeto ao tornar o trabalho com outros *stakeholders* mais profundo. Os membros também apoiaram a ideia de membros “ativos” e “inativos”, defendendo, no entanto, a importância de verificar a intenção do país em ser colocado na categoria “inativo” antes de o fazer e de seguir todos os passos possíveis para manter os participantes atuais na categoria “ativos”, inclusive por consulta direta com os governos. Os membros observaram que, de acordo com a estrutura e o espírito da OGP, os planos de ação nacionais devem ser criados conjuntamente pelos governos e pela sociedade civil. O grupo concordou que todos os países participantes devem enviar uma carta aos *co-chairs* confirmando a intenção de continuar na parceria dentro de três meses da publicação de cada relatório do IRM. Os membros também concordaram que um documento sobre países “inativos” deve ser elaborado para esclarecer como esses países podem reativar a sua participação.

Decisão: Conforme parágrafo anterior.

V. Atualização das finanças e nota conceitual sobre financiamentos governamentais.

A Unidade de Apoio (SU) atualizou os membros sobre as finanças globais da OGP, apresentou o orçamento para o biênio 2013-2014, discutiu os esforços na arrecadação de fundos até o momento, e forneceu uma visão geral da Nota Conceitual sobre Financiamentos Governamentais, enfatizando a importância de a

OGP receber recursos adicionais no curtíssimo prazo. A Diretora da SU apontou que vários dos subsídios da OGP são acordos de reembolso, ao invés de dinheiro em espécie, o que criou desafios para a liquidez. Ela assinalou que a OGP está com reservas muito baixas de dinheiro para uma organização de seu porte e que irá enfrentar problemas graves de liquidez se não forem injetados recursos logo no início do novo ano. Ela relatou que um empréstimo de uma fundação privada era esperado nas próximas semanas, seguido de diversos outros empréstimos de fundações privadas entre o final do primeiro quadrimestre de 2013 e o início do segundo, o que deve evitar qualquer crise imediata. No entanto, embora se tenha recebido recursos da sociedade civil/fundações privadas, financiamentos dos governos têm sido menos confiáveis. Uma vez que a OGP está embasada em uma parceria igualitária entre os governos e a sociedade civil, dificuldade em obter recursos previsíveis do governo é uma preocupação. Os membros da sociedade civil de fundações privadas alegaram que, para que eles continuem fornecendo recursos, será necessário demonstrar que os governos também contribuem com a parte que lhes cabe.

Os membros concordaram que o orçamento da OGP cobre apenas rubricas essenciais e, por essa razão, o SC deve conseguir os outros recursos para financiar completamente a parceria. Todos os membros do SC concordaram com o princípio de reciprocidade de financiamento (ou seja, os governos devem financiar ao menos metade do orçamento). Os membros concordaram que o atual regime de financiamento, em que se confia a apenas algumas grandes fundações o financiamento de 50% de todo o orçamento, é arriscado. No longo prazo, esse não é um cenário sustentável, e a OGP necessita diversificar as fontes de financiamento para incluir mais governos, outras fundações privadas e doadores multilaterais potenciais. Em contrapartida, para evitar a dependência excessiva e a potencial influência indevida de qualquer entidade exclusiva, os membros aprovaram um limite máximo de 25% dos recursos da OGP advindos de uma única fonte. Ademais, a OGP necessita de compromissos de financiamento plurianuais previsíveis para que consiga trabalhar de maneira efetiva. Os membros também apontaram a importância de assegurar que a Diretora da Unidade de Apoio gaste menos tempo com a captação de recursos, a fim de se concentrar em atividades estratégicas.

O SC decidiu que todos os membros dos governos devem contribuir com ao menos 50% do orçamento da OGP, que as contribuições devem ser uma expectativa para todos os governos do SC, que esses compromissos devem ser plurianuais (a depender da aprovação e normas de alocação domésticas) e que a OGP deve adotar uma escala móvel para contribuições mínimas, utilizando a categorização de renda (Banco Mundial) como segue: US\$200.000,00 por ano para os países de alta renda, US\$100.000,00 para países de renda média e US\$50.000,00 para países de baixa renda. Ademais, os membros resolveram considerar pedidos de contribuições a países participantes, porém não membros do SC.

Não obstante o acima exposto, os membros defenderam que a habilidade de contribuir não deve limitar a participação de qualquer entidade ou governo no

Comitê Diretor ou ser vista como pré-condição para participação no SC ou na OGP, e que recursos alternativos de outros doadores podem ser conseguidos para financiar a parte que lhes cabe em caso de dificuldades.

Os membros solicitaram que a apresentação do orçamento para o ano seguinte seja acompanhada do orçamento do ano anterior para que se possam comparar os números; ademais, as contribuições em espécie, como as do *lead-chair* que organizam as reuniões anuais, devem ser incluídas no orçamento. O SC também acordou que essas contribuições em espécie dos *chairs* sejam reconhecidas de forma mais clara, por meio de notas nas demonstrações financeiras, mas alegaram que elas não substituem as contribuições anuais dos países para cobrir os custos essenciais da OGP. Os membros sugeriram incluir um item de reserva para acumular recursos para a OGP em caso de crises, e explorar opções de linhas de crédito como último recurso.

Decisão: Conforme mencionado nos últimos quarto parágrafos.

IX. Atualização de pessoal da Unidade de Apoio

A diretora da Unidade de Apoio forneceu uma atualização de pessoal, na qual apontou e apresentou a nova diretora da SU da OGP, Linda Frey, que assumirá o cargo em 2 de janeiro de 2013, com sede em São Francisco. A OGP está em processo final de nomeação de um novo assistente de programa, também para ter sede em São Francisco. Ademais, a OGP está recrutando para a posição de Diretor-Adjunto, e está especialmente interessada em candidatos com qualificações internacionais para exercer o cargo, que terá sede em Washington, D.C. no escritório da OGP. Uma vez que essas três posições estejam ocupadas, a nova diretora da SU fará um balanço das necessidades e determinará quais cargos adicionais (possivelmente dois) devem ser preenchidos, e procederá então à seleção de candidatos em meados de 2013, para compor uma Unidade de Apoio de 5 pessoas. A OGP também deu as boas vindas a Joseph Foti, o novo Gestor de Programa do IRM, e observou que ele também contrataria um assistente de programa no próximo ano. Finalmente, a atual diretora da Unidade de Apoio, Julie McCarthy, anunciou que deixará a sua posição em 31 de dezembro de 2012 para assumir um novo cargo relacionado com questões de governo aberto na *Open Society Foundation*, onde continuará envolvida com a OGP.

VI. Atualização da Política de Acesso a Informação da OGP

A Unidade de Apoio atualizou o SC em relação aos esforços para enfrentar desafios no fluxo de trabalho relacionados com pedidos de informação e esclareceu sobre a política atual com relação à autoridade da Unidade de Apoio, a elegibilidade das minutas de documento do Subcomitê para divulgação, e da não confidencialidade de correspondências de *stakeholders* com a OGP. A Unidade de Apoio também informou ao SC que tomará medidas para criar um mecanismo independente de recursos – conforme a política de acesso à informação da OGP – para pedidos negados pela Unidade de Apoio e pelo Comitê Diretor.

XI. Proposta de Rodízio das OSC

Em nome do *chair* da sociedade civil, o coordenador independente da sociedade civil, Paul Maasen, resumiu a proposta de um novo e transparente processo para identificar candidatos da sociedade civil para um rodízio dentro do Comitê Diretor da OGP. Paul apresentou dados acerca da consulta pública sobre a proposta atual e o desejo de se distanciar da abordagem em vigor nos Artigos de Governança de “um voto por representante da sociedade civil por país”. De acordo com a proposta, a sociedade civil irá utilizar um processo aberto de nomeações e critérios transparentes para chegar a uma relação equilibrada de candidatos ao longo de linhas regionais, temáticas e de gênero até março de 2013. Isso significa que o rodízio da sociedade civil acontecerá conforme previsto, e não em sincronia com o rodízio do governo, previsto para outubro de 2013 (veja abaixo); dessa forma, três representantes da sociedade civil no SC terão que permanecer no cargo por mais seis meses para que as agendas de rodízio fiquem sincronizadas no futuro.

Decisão: O SC aprovou a proposta e resolveu alterar os Artigos de Governança para se adequarem a esta. O documento sobre os rodízios das OSC também será alterado para substituir o Coordenador Independente da Sociedade Civil pelo chair da OGP representando a Sociedade Civil

VII. Proposta de Rodízio do Governo

O Governo da Indonésia apresentou a proposta de rodízio dos Governos e os membros do SC concordaram em adiar a rotação para a próxima reunião anual em outubro de 2013. Esse prazo mais realista irá garantir que a OGP tenha um processo mais confiável e transparente de solicitação de um grupo diversificado de candidatos, e assegurar que desafios de comunicação ou consultas apressadas não interfiram nesse importante processo. A data de outubro também se alinha com o rodízio de *co-chairs* na reunião anual e permite que os representantes de governos votem de maneira presencial. Um membro demonstrou preocupação com a prática de solicitar a certos membros do SC que saíam voluntariamente, enquanto outros são encorajados a permanecer. Todos os membros do SC acordaram em prosseguir nas discussões sobre rodízio com completa transparência, imparcialidade e confiança. Os membros do SC também enfatizaram a importância de confirmar com o novo Governo do México sua intenção de ocupar a posição de *co-chair* no próximo rodízio; o que servirá para informar o planejamento sobre uma possível votação, se necessário, para o futuro *co-chair* da OGP.

Decisão: O SC adotou o novo prazo proposto e resolveu que uma votação sobre quais membros do governo devem sair em outubro de 2013 será realizada em julho de 2013, possivelmente de maneira virtual, por meio de um processo completamente imparcial e transparente. A OGP irá alterar os Artigos de Governança para que reflitam essas modificações relacionadas com a Rotação

de Governos, bem como seleção de co-chairs. A OGP confirmará com o México se ele deseja ocupar o posto de co-chair no próximo rodízio.

XIII. Discussão sobre os processos de tomada de decisão do Comitê Diretor

O governo do Reino Unido apresentou uma proposta para esclarecer e aprimorar os processos de tomada de decisão do Comitê Diretor, de maneira que este e os Subcomitês possam trabalhar de maneira mais eficiente e efetiva, com melhor distinção entre assuntos de rotina e questões estratégicas. A proposta contempla uma maneira mais estruturada para que o SC participe do trabalho dos Subcomitês, ao mesmo tempo em que garante que a esses pertence a maior parte do trabalho.

O SC aprovou a proposta, mas alegou que os membros irão revisar e refinar o que for necessário. O SC concordou que todos os Subcomitês devem começar a operar com o mesmo nível de intensidade, e que as agendas de futuras reuniões do SC devem ser organizadas de acordo com as agendas dos Subcomitês. Todas as reuniões do SC também serão organizadas de maneira que haja um relato no início de cada reunião sobre o que se alcançou desde a última e que a reunião seja concluída com uma revisão do conteúdo das agendas futuras de cada Subcomitê. O SC acordou como ponto de ordem que as atas das reuniões anteriores sejam resumidas, revisadas e aprovadas de agora em diante no início de todas as reuniões. Também acordou que aos membros de Subcomitê que não possam comparecer a determinada reunião será concedida a oportunidade de comentar sobre as decisões tomadas dentro de um prazo razoável antes que se prossiga com os trabalhos do Subcomitê. O SC também concordou que daqui para frente os Subcomitês devem realizar reuniões presenciais nas vésperas das reuniões do Comitê, e que essas devem ter a duração mínima de um dia e meio para assegurar que as discussões não ocorram às pressas. O SC também acordou que cada Subcomitê terá um *chair* (do governo ou da sociedade civil), a ser eleito nas próximas semanas, para garantir o cumprimento efetivo dos acordos supramencionados. Um membro comentou sobre o *feedback* positivo recebido com relação à divulgação *online* de minutas dos documentos das reuniões do SC antes do acontecimento de dadas reuniões, o que representa uma excelente prática a ser continuada.

Decisão: Conforme parágrafo acima.

XIV. Atualização do Reino Unido da Visão para OGP e do Calendário de Reuniões

O governo do Reino Unido resumiu suas prioridades como *lead-chair*, com foco no papel da transparência na condução do crescimento e prosperidade econômicos para todos e no relacionamento entre os governos e a sociedade civil para implantar os planos de ação, e garantiu que a OGP é uma iniciativa reconhecida e respeitada mundialmente. O governo do Reino Unido assinalou que esse seria o momento de cumprir a promessa da OGP de realização concreta de compromissos e funcionamento enérgico do IRM. Também mencionou que o risco de a OGP se tornar

um esforço de autocongratulação vazio deve ser evitado, e que as posições ocupadas pela sociedade civil ativa e o papel que desempenha em todos os níveis da estrutura e do funcionamento da OGP é um antídoto essencial para essa complacência.

O SC acordou que a próxima reunião será de nível ministerial e acontecerá em abril de 2013, em Londres, datas a serem confirmadas dentro de duas semanas deste encontro. Uma reunião de nível de trabalho também ocorrerá em julho de 2013 e a reunião anual acontecerá de 31 de outubro a 1º de novembro de 2013, com uma reunião do SC em 30 de outubro. O grupo também concordou que deverá existir algum tipo de evento da OGP nas vésperas na próxima Assembleia Geral das Nações Unidas, que acontecerá em setembro de 2013, em Nova Iorque, para lançar a primeira rodada de relatórios do IRM.

O *chair* então agradeceu a Diretora da Unidade de Apoio pelos serviços prestados e pelo trabalho que ela desenvolveu no lançamento da parceria em seu início, e todo o SC se juntou a ele nos comentários de apreciação pelo notável papel que ela desempenhou no estabelecimento da OGP.

Apêndice A. Agenda da Reunião do Comitê Diretor.

Agenda das Reuniões Parceria para o Governo Aberto, 3-5 de dezembro, Londres

Essa nota contém os horários e a localização de todas as reuniões, incluindo:

- Visão geral das reuniões realizadas durante os três dias;
- Agenda dos Subcomitês;
- Agenda do Comitê Diretor;
- Agenda de *peer engagement*.

Visão Geral

Segunda-feira, 3 de dezembro: reuniões dos Subcomitês, 13h – 17h

Essas são reuniões de nível de trabalho para permitir a preparação antes da discussão com os Chefes/Ministros no dia seguinte. As agendas irão espelhar os pontos-chave para discussão do Comitê Diretor. Todas as delegações do Comitê Diretor podem enviar representantes, mesmo que não sejam membros regulares do Subcomitê.

Local: Locarno Suite – Sala de Conferências, Ministério das Relações Exteriores, King Charles Street, Whitehall, Londres, SW1A 2AH – Clique no link para o [MAPA](#).

- 13.00-14.00: *Peer Engagement*
- 14.00-15.45: Critérios e Padrões
- 16.00-17.00: Governança e Liderança e Finanças e Auditoria

Terça-feira, 4 de dezembro: Comitê Diretor: 9h-18h

Reunião do Comitê Diretor completo, incluindo Chefes/Ministros.

Local: Locarno Suite, Ministério das Relações Exteriores, King Charles Street, Whitehall, Londres, SW1A 2AH – Clique no link para acessar o [MAPA](#).

Terça-feira, 4 de dezembro: Recepção da OGP: 18h15-20h

Recepção à qual todos os representantes do Comitê Diretor e participantes do evento de *peer engagement* estão convidados.

Local: Admiralty House, Ripley Courtyard, Whitehall, SW1A 2DY (Mapa anexo).

Quarta-feira, 5 de dezembro: Reunião de *Peer Engagement*: 9h-17h30

Essa sessão é dirigida aos representantes de países novos à OGP; é predominantemente um evento de nível de trabalho. Os membros do Comitê Diretor não devem comparecer a menos que sejam convidados a ajudar ou apresentar na sessão.

Local: Admiralty House, Ripley Courtyard, Whitehall, SW1A 2DY (Mapa anexo).

Agenda das reuniões de nível de trabalho dos Subcomitês
3 de dezembro de 2012

13h – 14h Subcomitê de Aprendizagem e Apoio aos Pares

1. Discussão sobre as atividades do mecanismo de assistência técnica.
2. Discussão sobre os eventos e atividades de engajamento regional para 2013 (Governos da África do Sul e das Filipinas, Unidade de Apoio).
3. Encorajamento de maior intercâmbio entre os governos.

14h – 15h45: Agenda do Subcomitê de Critérios e Padrões

1. IRM – proposta para novos conselheiros sêniores.
2. Visão sobre os critérios de elegibilidade.
3. Diretrizes para os relatórios do IEP e do IRM.
4. Modelo para as autoavaliações dos governos.

15h45-16h: Intervalo

16h – 17h30: Agenda dos Subcomitês de Governança e Liderança e Finanças e Auditoria

1. Documento sobre o Engajamento Multilateral.
2. Visão da participação dos países após a primeira rodada de Planos de Ação.
3. Financiamento governamental.
4. Rodízio do Comitê Diretor – proposta em andamento.
5. Proposta sobre o processo de tomada de decisão da OGP.

**Agenda da reunião de nível ministerial do Comitê Diretor da Parceria para o
Governo Aberto**
4 de dezembro de 2012

08h30-09h: Chegada e Café

09h – 09h15: Boas-vindas

- Aprovação da agenda e discurso de boas-vindas dos *co-chairs*.

09h15 – 10h: Aprendizagem e Apoio aos Pares

Relatórios:

- Aprendizados do NM na última reunião regional presencial e atividades de assistência técnica relacionadas;
- Planos do Subcomitê para apoiar atividades e eventos relacionados com engajamento regional em 2013.

Discussão:

- Processo e critérios para os eventos regionais ou temáticos da OGP - proposta;
- Como acompanhar e apoiar os desenvolvimentos da OGP nos níveis regional e nacional.

10h – 11h: Discussão de abertura – Engajamento com organizações internacionais e multilaterais externas

Discussão:

- Organizações multilaterais e internacionais externas – *Documento de estrutura do engajamento multilateral e propostas específicas*;

11h – 11h15: Intervalo

11h15 – 12h30: Critérios e Padrões – Parte I

Relatórios:

- Relatório do Gestor de Programa do IRM.

Discussão Parte I

- Proposta para novos conselheiros sêniores – *Carta dos atuais conselheiros sêniores*.
- Discussão sobre a visão dos critérios de elegibilidade – *Nota conceitual sobre elegibilidade*.

12h30 – 13h30: Almoço

13h30– 14h30: Critérios e Padrões – Parte II

Discussão Parte II:

- Aprovação das diretrizes para IEP no relatório do IRM – *documento de diretrizes para o IEP*;

- Aprovação do modelo para as autoavaliações governamentais - *Modelo proposto.*

14h30 – 15h: Energia e Engajamento

Discussão:

- Visão da participação dos países após a primeira rodada de Planos de Ações – *Nota conceitual sobre a nova geração da OGP.*

15h – 15h30: Finanças e Auditoria

Relatórios:

- Orçamento de 2013-2014;
- Relatório sobre os financiamentos conseguidos até o momento.

Discussão:

- Financiamento governamental – ciclo de dois anos, encorajamento de contribuições de um conjunto mais amplo de países participantes - *Nota sobre financiamento governamental.*

15h30 – 16h: Intervalo

16h – 17h: Governança e Liderança

Relatórios:

- Pessoal da Unidade de Apoio;
- Atualização da Política de Acesso à Informação.

Discussão:

- Rodízio do Comitê Diretor – *Proposta para o processo de rodízio, Proposta para o processo revisado de rodízio das OSC.*

17h-17h30 Tomada de decisão na OGP

Discussão:

- Proposta para aprimorar os processos de tomada de decisão no Comitê Diretor e nos Subcomitês.

17h30 – 17h40: Atualização do *Lead-chair* sobre a visão para a OGP e o cronograma das reuniões do SC e plenária de 2013.

17h40- 17h50: AOB

18h15 – 20h: Recepção para o Comitê Diretor e os participantes do *Peer Engagement*

**Minuta da agenda da reunião de *peer engagement*
5 de dezembro de 2012**

9h – 10h

Pleno de abertura: Reflexões dos Governos e da Sociedade Civil sobre o desenvolvimento de Planos de Ação.

Moderator: **Roberta Solis-Ribeiro, Governo do Brasil.**

Tara Hidayat, Governo da Indonésia.

Juan Pardinás, IMCO, México.

Ministro Mathias Chikawe, Governo da Tanzânia.

Alan Hudson, ONE Campaign, Reino Unido.

Reflexões sobre o desenvolvimento e a implantação de planos de ação até o momento, lições aprendidas e conselhos conquistados, moderados em estilo jornalístico.

10h – 10h

Coffee Break e Networking

10h30 – 12h30

Grupos bem-sucedidos: Progressos em Planos de Ação até o momento

Os novos países que aderiram à OGP farão apresentações de sete minutos durante a primeira hora sobre seus planos de ação, moderados por um membro do SC. A segunda hora começará com um palestrante da sociedade civil, seguido de um debate aberto com perguntas e respostas com uma audiência de membros do SC, governos, sociedade civil e multilaterais.

[Cada apresentação de país irá abordar (1) estágio atual com relação à consulta à sociedade civil e desenvolvimento interno do plano de ação, (2) temas-chave de governo aberto em que os planos de ação irão se focar, (3) metas para finalizar o plano de ação, incluindo o cronograma estimado, e (4) áreas em que necessitam de assistência]

Grupo I

Moderator: **Stephen Walker, Governo do Canadá.**

1. Libéria
2. Gana

3. Argentina
4. Costa Rica
5. Trindade e Tobago
6. Panamá

Palestrante da OSC: **Alexandre Ciconello, INESC, Brasil.**

Debate aberto com perguntas e respostas

Grupo II

Moderator: **Suneeta Kaimal, Revenue Watch Institute**

1. Rússia
2. Sérvia
3. Finlândia
4. Hungria
5. Lituânia
6. Mongólia

Palestrante da OSC: **Sandor Lederer, K-Monitor Watchdog for Public Funds, Hungria.**

Debate aberto com perguntas e respostas

12h30 – 13h30

Almoço: *Networking*

13h30 – 15h45

Sessões sobre “Como elaborar” Planos de Ação de sucesso

Durante a Parte I, os participantes alternarão entre duas sessões de 45 minutos que acontecerão em paralelo sobre (1) consulta à sociedade civil e (2) desenvolvimento do plano de ação, nas quais os palestrantes irão compartilhar aprendizados e melhores práticas até o momento dos países da OGP.

Durante a Parte II, os participantes poderão escolher uma sessão de 45 minutos adicional dentre duas opções que acontecerão em paralelo: (1) Como impulsionar o engajamento entre agências e (2) Uma introdução ao mecanismo de avaliação independente.

13h30 – 15h

Parte I:

I. Como organizar consultas públicas em andamento e mobilizar as organizações da sociedade civil para os planos de ação da OGP — Paul Maassen, Coordenador da Sociedade Civil na OGP.

II. Como criar compromissos e indicadores de implementação para planos de ação — Abhinav Bahl, Mecanismo de Assistência Técnica.

15h – 15h45

Parte II:

I. Como impulsionar o engajamento entre agências, criar o ímpeto e sustentar a vontade política nos planos de ação da OGP — Governo do México e Governo dos Estados Unidos.

II. Uma introdução ao Mecanismo de Avaliação Independente da OGP — Joseph Foti, Gestor de Programa do IRM.

15h45 – 16h

Coffee Break e Networking

16h – 16h30

Plenário: Apoio de Organizações Multilaterais

O Banco Mundial e a OSCE discutirão as maneiras pelas quais eles pretendem apoiar os países da OGP.

16h30 – 17h

Atualização dos Países que aspiram entrar para a OGP

Presidido pelo governo da Indonésia

Os países observadores irão compartilhar esforços em andamentos em seus respectivos países para promover o governo aberto e/ou tornarem-se elegíveis à participar da OGP.

17h – 17h30

Plenário: Reflexão sobre os progressos e próximos passos.

Presidido pelo Governo do Reino Unido

Moderadores e palestrantes das sessões matutinas compartilham ideias surgidas a partir das discussões em grupo.

Os *co-chairs* oferecem reflexões finais

Horário de expediente durante os intervalos: A Unidade de Apoio da OGP estará nos corredores com informações sobre como participar da OGP. Também estará à disposição para guiar visitas e responder perguntas sobre a parceria.